

CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PÚBLICO
NUCLEO DE ATUAÇÃO ESPECIAL EM ACESSIBILIDADE – NEACE

ACESSIBILIDADE NAS SEDES DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO BRASIL
DEMONSTRATIVO DAS INFORMAÇÕES RECEBIDAS ATÉ FEVEREIRO/2014

Trata-se do cumprimento da Resolução nº 81/2012/CNMP (complementada pela Resolução de nº 99/2013/CNMP) que dispõe sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.

A resolução obriga a implementação da acessibilidade em todas as unidades do Ministério Público Brasileiro, de acordo com as normas constitucionais e legais (leis nºs 10.048/2000, 10.098/2000 e decretos nºs 3.298/99 e 5.296/04), além das obrigações e princípios constantes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, internalizados com equivalência de emenda constitucional pelo Decreto Legislativo nº 186/08 e Decreto nº 6.949/09.

O Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade (NEACE) detém 177 procedimentos administrativos instaurados visando ao acompanhamento da implementação da acessibilidade e do atendimento prioritário nos Ministérios Públicos, conforme relação anexa.

As informações constantes dos procedimentos, até FEVEREIRO/2014, deram suporte ao presente levantamento e seguiram as respostas constantes dos Roteiros Básicos de Acessibilidade (RBA) que foram preenchidos e devolvidos pelas respectivas unidades dos Ministérios Públicos.

Em decorrência das primeiras constatações de descumprimento da Resolução nº 81/2012/CNMP foram remetidos aos Ministérios Públicos solicitações de esclarecimentos quanto aos prazos e informações detalhadas sobre a inserção em previsões orçamentárias em acessibilidade, cujas respostas ainda estão sendo aguardadas.

Quanto ao atendimento prioritário, foram encaminhadas, anexas à recomendação de cumprimento, sugestões para a implementação dos artigos 2º e seguintes, da Resolução nº81/2012, quanto à: constituição de comissão de acessibilidade; inserção no planejamento e respectivo orçamento da previsão da realização de concurso público para profissionais especializados nas áreas da deficiência, de forma a possibilitar a constituição de equipes multiprofissionais visando a melhor atender às necessidades administrativas concernentes a concursos públicos (art. 18, da Resolução

nº 81/2012), e, bem assim às atribuições dos órgãos de execução; a inserção no planejamento e respectivo orçamento da previsão de treinamento e a formação de membros e servidores em interpretes da LIBRAS para pessoas surdas e guias interpretes para pessoas surdocegas, de forma a cumprir o art. 3º, § 4º, Resolução nº 81/2012; inserção no planejamento e respectivo orçamento a imediata inclusão de aquisição, e respectiva manutenção, de pelo menos um telefone adaptado para pessoas surdas nas sedes e promotorias dos Ministérios Públicos, na forma do art. 3º, § 3º, Resolução nº 81/2012; a aferição dos padrões de acessibilidade em suas páginas eletrônicas em cumprimento ao art. 14, Resolução nº 81/2012, de forma a tornar acessível os portais e sítios eletrônicos.

Os dados compilados são os seguintes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR (MPM): 01 PGJM + 14 PJM

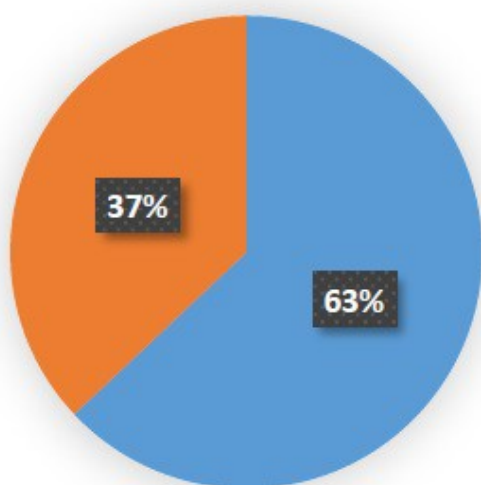
- TODAS AS 15 UNIDADES ENVIARAM AS INFORMAÇÕES, COM O ROTEIRO DE ACESSIBILIDADE NO PADRÃO ESTABELECIDO PELO CNMP.
- OS RELATÓRIOS FORAM ELABORADOS POR EQUIPE TÉCNICA E DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO.
- 14 SEDES SÃO PRÓPRIAS E 01 É ALUGADA.
- NENHUMA UNIDADE CONSTITUIU COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE.
- NENHUMA SEDE FOI INFORMADA COMO INACESSÍVEL.
- SEM INFORMAÇÃO DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ACESSIBILIDADE

2- MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL (MPE): 3.279 PROMOTORIAS

- 17 MPE ENVIARAM AS INFORMAÇÕES E COM O ROTEIRO BÁSICO DE ACESSIBILIDADE NO PADRÃO ESTABELECIDO PELO CNMP.
- 8 MPE NÃO INFORMARAM: ALAGOAS, AMAZONAS, CEARÁ, PARANÁ, PARÁ, PERNAMBUCO, RONDÔNIA E RORAIMA.
- DOS MPE QUE ENVIARAM AS INFORMAÇÕES APENAS 04 (21%) CONSEGUIRAM FAZER A AVALIAÇÃO COMPLETA COM O ROTEIRO CONFORME O PADRÃO DO CNMP: ACRE, AMAPÁ, RIO GRANDE DO NORTE E TOCANTINS.
- 1.5% DAS SEDES FORAM INFORMADAS COMO ACESSÍVEL. O RESTANTE NÃO INFORMOU.
- 60% DOS ROTEIROS BÁSICOS DE ACESSIBILIDADE FORAM ELABORADOS POR EQUIPE TÉCNICA.
- 90 SEDES (6%) DISPÕEM DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2013 PARA ACESSIBILIDADE E 27 SEDES (2%) COM PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2014;
- 08 ESTADOS (30%) TEM COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE CONSTITUÍDA.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

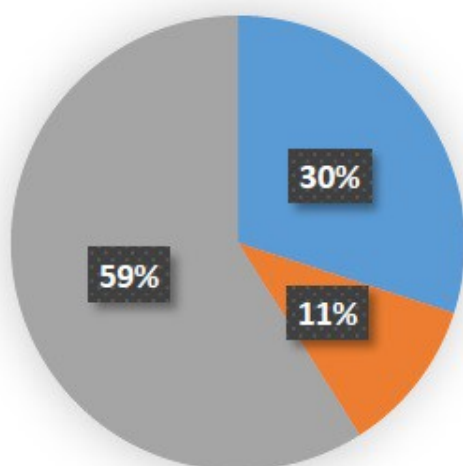
Percentual que enviou o roteiro básico de acessibilidade



- Enviaram as informações com roteiro de acessibilidade: AC(completo), AP(completo), BA, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PI, RN(completo), RS, SC (só capital), SP, TO(completo)
- Não enviaram as informações: AL, AM, CE, PR, PARÁ, PE, RO, e RR

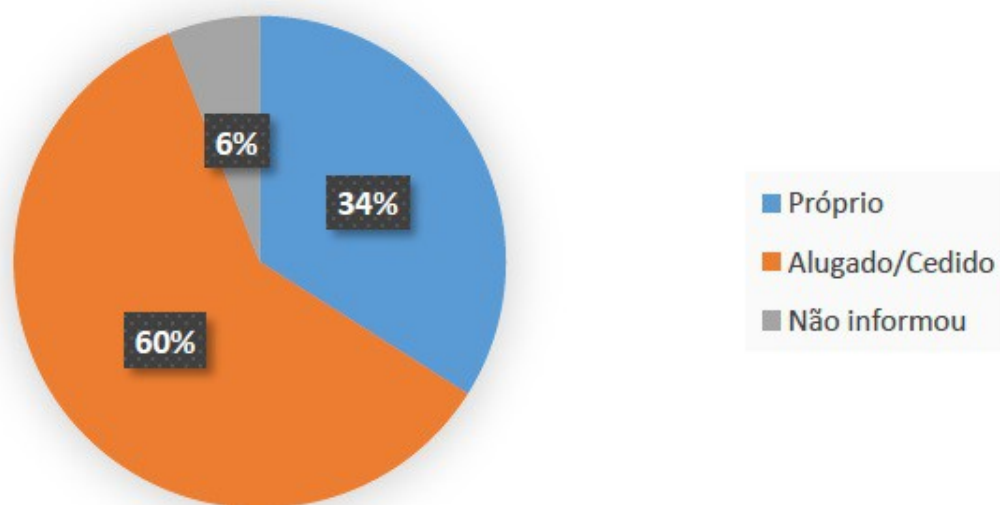
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Roteiros elaborados por equipe técnica

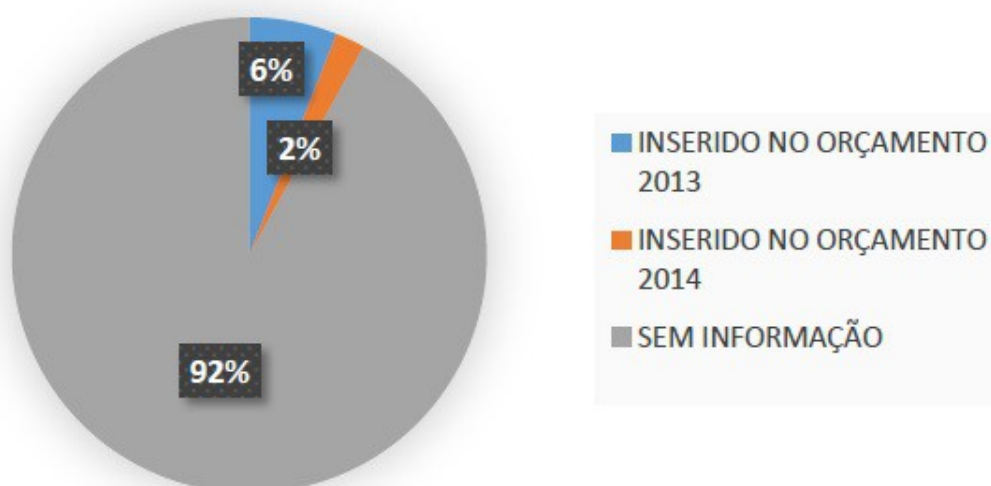


- COM EQUIPE TÉCNICA
- SEM EQUIPE TÉCNICA
- NÃO INFORMOU

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Condição do imóvel das 1.352 Promotorias que
enviaram as informações (total 3.279)

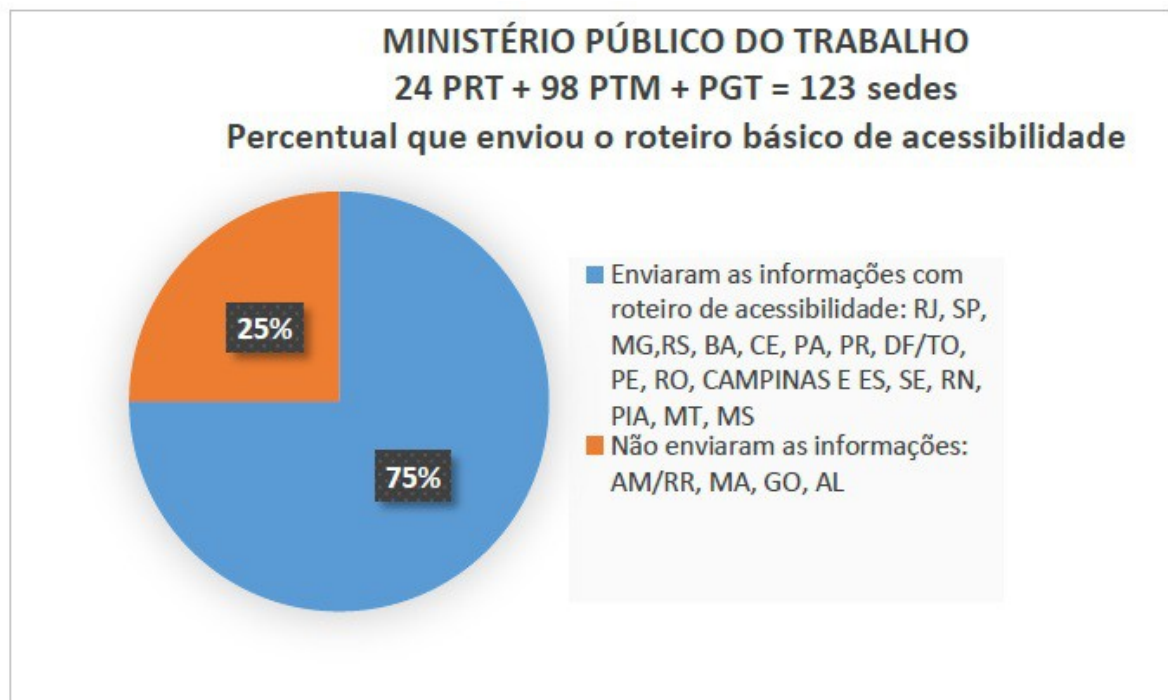


MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Inserção no orçamento das 1.352 sedes que
enviaram as informações

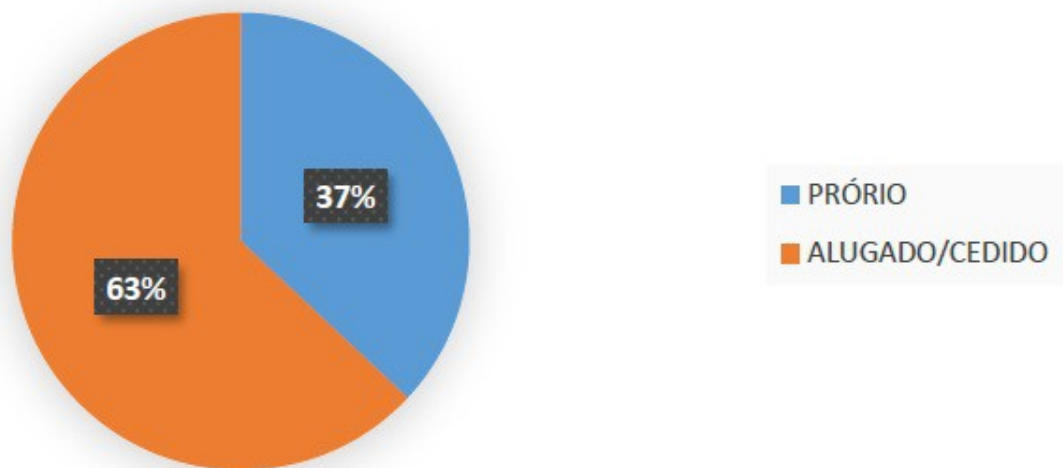


3- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT): 123 SEDES (PGT, 24 PRT e 98 PTM)

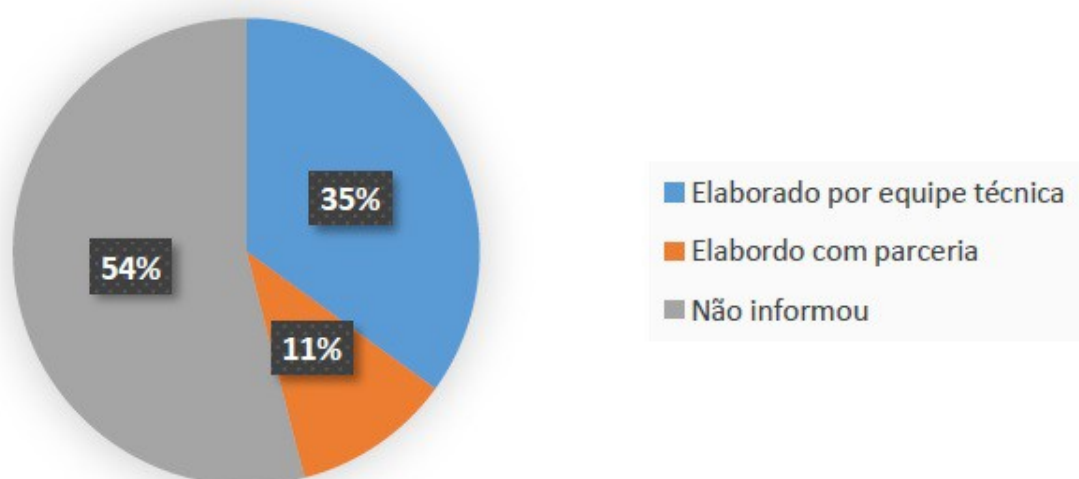
- DAS 24 PRT, 18 UNIDADES ENVIARAM AS INFORMAÇÕES E ROTEIRO BÁSICO DE ACESSIBILIDADE NO PADRÃO ESTABELECIDO PELO CNMP (75%): RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, RIO GRANDE DO SUL, BAHIA, CEARÁ, PARÁ, PARANÁ, DISTRITO FEDERAL/TOCANTINS, PERNAMBUCO, RONDÔNIA, CAMPINAS, ESPÍRITO SANTO, SERGIPE, RIO GRANDE DO NORTE, PIAUÍ, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL.
- 06 UNIDADES (PRT E PGT) NÃO INFORMARAM (25%): AMAZONAS/RORAIMA, MARANHÃO, GOIÁS, ALAGOAS E BRASÍLIA.
- NENHUMA SEDE FOI INFORMADA COMO ACESSÍVEL.
- 35% DOS ROTEIROS BÁSICOS DE ACESSIBILIDADE FORAM ELABORADOS POR EQUIPE TÉCNICA.
- 33 SEDES (27%) COM PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2013 PARA ACESSIBILIDADE.
- NENHUMA UNIDADE TEM COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
24 PRT + 98 PTM + PGT = 123 sedes
Condição do imóvel



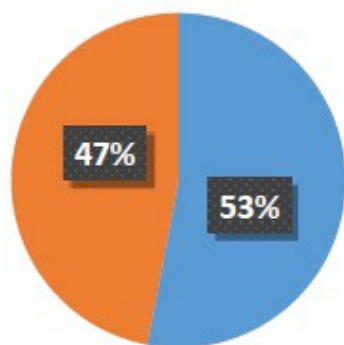
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
24 PRT + 98 PTM + PGT = 123 sedes
Elaboração do roteiro básico



4- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF): 204 SEDES (PGR, 05 PRR, 27 PR, 171PRM)

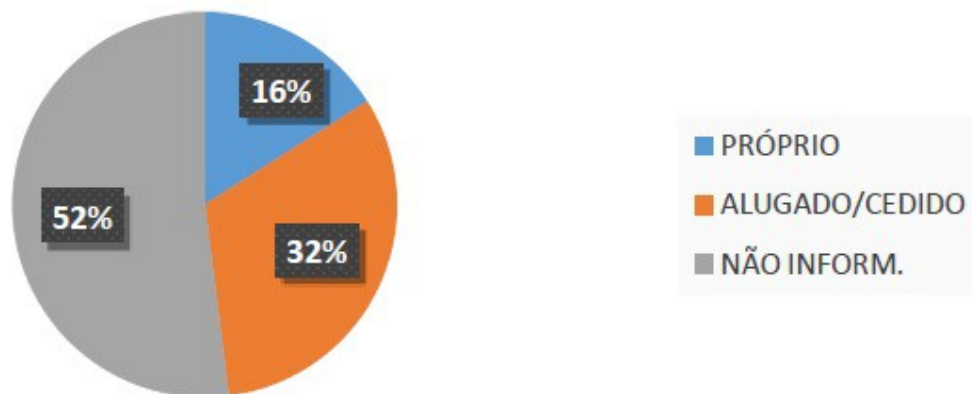
- DAS 27 PR, 19 UNIDADES ENVIARAM AS INFORMAÇÕES (INCLUSIVE DAS PRM) E ROTEIRO BÁSICO DE ACESSIBILIDADE NO PADRÃO ESTABELECIDO PELO CNMP (70%): ALAGOAS, AMAPÁ, BAHIA, CEARÁ, DISTRITO FEDERAL, ESPÍRITO SANTO, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, PARAÍBA, PERNAMBUCO, PARANÁ, RIO DE JANEIRO, RIO GRANDE DO NORTE, RONDÔNIA, RORAIMA, SERGIPE, SÃO PAULO.
- 08 PR NÃO INFORMARAM (30%): ACRE, AMAZONAS, MATO GROSSO, PARÁ, PIAUÍ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E TOCANTINS.
- TODAS 05 PRR ENVIARAM INFORMAÇÕES.
- 32 SEDES SÃO PRÓPRIAS, 65 SÃO ALUGADAS/CEDIDAS E 106 NÃO INFORMARAM.
- OS RELATÓRIOS FORAM ELABORADOS POR EQUIPE TÉCNICA.
- SEM INFORMAÇÃO DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ACESSIBILIDADE.
- NENHUMA SEDE FOI INFORMADA COMO ACESSÍVEL.
- NENHUMA TEM COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PGR + 05 PRR + 27 PR + 171 PRM = 204 sedes Percentual que enviou a pesquisa com roteiro básico de acessibilidade

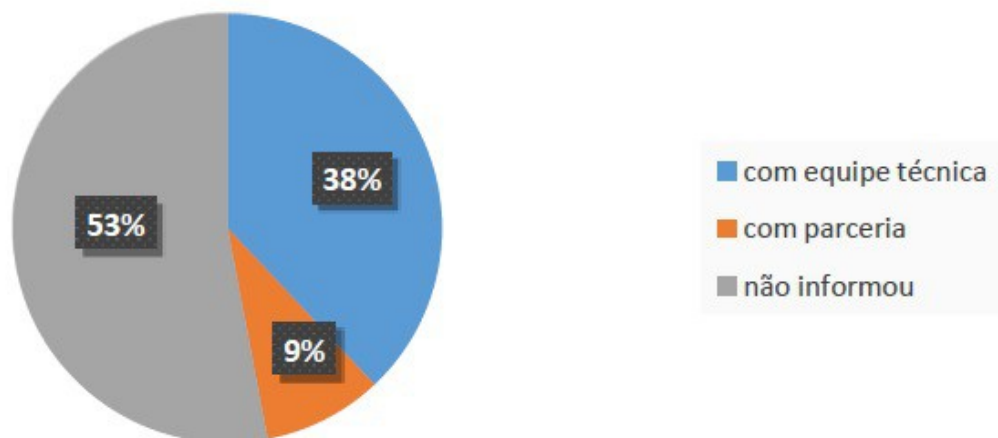


- COM ROTEIRO: AL, AP, BA, CE, DF, GO, MA, MG, MS, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, SE, ES, RR, SP
- SEM ROTEIRO: AC, AM, MT, PA, PI, RS*(enviados os PRR), SC

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PGR + 05 PRR + 27 PR + 171 PRM = 204 sedes
Condição das Sedes PR e PRM



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PGR + 05 PRR + 27 PR + 171 PRM = 204 sedes
Elaboração do relatório



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)

NÚCLEO DE ATUAÇÃO ESPECIAL EM ACESSIBILIDADE (NEACE)

JARBAS SOARES JUNIOR, CONSELHEIRO PRESIDENTE DA CDDF

MARIA APARECIDA GUGEL, MEMBRO AUXILIAR E COORDENADORA

REBECCA MONTE NUNES BEZERRA, COLABORADORA

ANA CAROLINA COUTINHO RAMALHO CAVALCANTI, COLABORADORA

**MARIA BERNADETE LULA DE MENEZES CRUZ, COLABORADORA, RESPONSÁVEL
PELA COMPILAÇÃO DOS DADOS TÉCNICOS**

SERGIO BISPO DA SILVA PORTO, SECRETÁRIO DO NEACE